Studies in Environmental and Animal Sciences
ISSN: 2764-0760

Disputas por água na sub-bacia do rio Utinga

Water disputes in the Utinga river sub-basin

DOI: 10.54020/seasv3n3-005

Recebimento dos originais: 05/05/2022
Aceitação para publicação: 01/07/2022

Alane Kelly Nunes de Oliveira
Mestra em Ensino das Ciências Ambientais
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana
Endereço: Rua Vicente Aliomar Barros, N 8583, Santo Antônio dos Prazeres Feira de Santana - BA
E-mail: alanekno@gmail.com

Taíse Bomfim de Jesus
Doutora em Ecologia e Recursos Naturais
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana – Departamento de Ciências Exatas
Endereço: Avenida Transnordestina, S/N, Novo Horizonte, CEP: 44036-900, Feira de Santana - BA
E-mail: taise@uefs.br

Luiz Antônio Ferraro Junior
Doutor em Desenvolvimento Sustentável
Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Tecnologia
Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, CEP: 44036-900, Feira de Santana - BA
E-mail: ferraroluiz@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi investigar os conflitos socioambientais relativos à água na sub-bacia do rio Utinga, bem como os agentes sociais envolvidos e como são estabelecidas essas disputas. A sub-bacia do rio Utinga faz parte da bacia hidrográfica do Paraguaçu, uma das maiores bacias do estado da Bahia, localizada no alto Paraguaçu, região que se destaca pela crescente ocupação de áreas com cultivos agrícolas. O rio Utinga é um dos principais afluentes dessa bacia e ao longo dos anos vem sofrendo com a intensa retirada de suas águas chegando, em certos períodos do ano, a interrupção do fluxo natural, propiciando o surgimento de conflitos. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, desenvolvida a partir de buscas em sites de notícias e na participação em plenárias do comitê de bacia. Os conflitos identificados apontam que estes decorrem da expansão de áreas cultivadas cuja demanda hídrica é muito alta e colocam em situação de vulnerabilidade grupos sociais que dependem diretamente dessas águas.

Palavras-chave: conflitos, justiça ambiental, bacia do Paraguaçu.

ABSTRACT
The objective of this work was to investigate the socio-environmental conflicts related to water in the Utinga River sub-basin, as well as the social agents involved and how these disputes are established. The Utinga river sub-basin is part of the Paraguaçu hydrographic basin, one of the largest basins in the state of Bahia, located in the upper Paraguaçu, a region that stands out for its growing occupation of areas with agricultural crops. The Utinga River is one of the main tributaries of this basin and over the years it has suffered from the intense withdrawal of its waters and, at certain times of the year, the interruption of the natural flow, causing the emergence of conflicts. This is qualitative research, developed from searches on news sites and participation in plenary sessions of the basin committee. The conflicts identified indicate that these arise from the expansion of cultivated areas whose water demand is very high and place social groups that directly depend on these waters in a vulnerable situation.

Keywords: conflicts, environmental justice, Paraguaçu basin.

1 INTRODUÇÃO

As divergências quanto ao uso das águas acompanham a história da nossa sociedade. Diante da importância incontestável desse elemento, grandes centros urbanos foram fundados e se desenvolveram nas proximidades de leitos de rios, uma estratégia de sucesso adotada desde tempos remotos. Tal cenário propiciou ainda o surgimento de conflitos, uma vez que o acesso direto a água garantia aos povos melhores condições de plantio e consequentemente de poder econômico, aspectos que mantinham as hierarquias sociais.

Os conflitos relativos ao uso da água assumiram então o protagonismo, à medida em que os usos e interesses se diversificaram e fatores como demanda e disponibilidade entraram em choque. Nesse sentido, a gestão dos recursos hídricos, por meio da Lei das Águas (BRASIL, 1997), busca assegurar o uso equânime para todos e através da gestão descentralizada por bacias hidrográficas, amenizar o surgimento de conflitos.

Neste contexto, a bacia hidrográfica do Paraguaçu, uma das maiores bacias do estado da Bahia, se destaca tendo em vista a sua importância para o abastecimento de água potável, de modo especial para a capital Salvador e para Feira de Santana, segunda maior cidade do interior, e as suas respectivas regiões metropolitanas. Trata-se de uma bacia com uma complexa rede hídrica e sub-bacias de grande referência para a economia, entre elas a sub-bacia do rio Utinga, localizada na região do Alto Paraguaçu, que ganhou visibilidade nos últimos anos

pela expansão dos cultivos agrícolas. O rio Utinga, um dos principais afluentes do rio Paraguaçu nessa região, atravessa os municípios de Morro do Chapéu, Bonito, Mulungu do Morro, Utinga, Ruy Barbosa, Iraquara, Wagner, Lajedinho, Andaraí e Lençóis (SANTOS, 2020), percorrendo territórios ocupados por diversos grupos que dependem diretamente de suas águas para o desenvolvimento de atividades cotidianas.

Salienta-se que este é um cenário propício ao desenvolvimento de conflitos socioambientais, uma vez que existem grupos sociais com interesses diversos quanto ao elemento em destaque. De acordo com Acselrad (2004), os conflitos surgem justamente quando estes grupos, com diferentes modos de apropriação, uso e significado do território, sofrem ameaças quanto à continuidade das suas formas sociais de apropriação do seu meio, neste caso, da água. Ainda no que se refere aos conflitos por recursos hídricos, Pereira (2008) aponta que em uma mesma bacia hidrográfica, os conflitos e disputas não ocorrem apenas entre os diferentes setores e atores sociais que tenham algum interesse na bacia, mas também entre regiões, unidades administrativas, cidades e áreas irrigadas que a integram.

Sendo assim, buscamos investigar os conflitos socioambientais relativos à água na sub-bacia do rio Utinga, considerando a sua importância para a bacia hidrográfica do Paraguaçu como um todo, bem como os agentes sociais envolvidos e como são estabelecidas essas disputas. Tal investigação se justifica pela necessidade de trazer a público as situações que grupos menos favorecidos enfrentam em suas localidades, além de possibilitar a abertura de espaços para discussões com esta temática, pautando-se em aspectos da justiça ambiental e ecologia política.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa possui caráter qualitativo, pois não foram utilizados métodos quantitativos para o seu desenvolvimento, coleta e análise de dados. Trata-se de um recorte de uma investigação mais ampla a respeito dos conflitos socioambientais na bacia hidrográfica do Paraguaçu. Foi realizado um levantamento de dados a partir de buscas em sites de notícias da região e participação da pesquisadora nas plenárias do comitê de bacia do Paraguaçu,

como ouvinte, além de conversas informais e entrevistas com membros do próprio comitê.

Nos sites de busca os termos utilizados foram: “rio Utinga”, “conflito por água sub-bacia do rio Utinga”, “sub-bacia rio Utinga” e “conflitos no alto Paraguaçu”; a partir dos resultados apresentados procedia-se a leitura dos artigos com o objetivo de entender a situação descrita, o andamento do conflito e os agentes sociais envolvidos. Com a identificação desses aspectos o artigo passava então a compor o nosso acervo.

A outra fase de buscas ocorreu concomitante com a participação nas plenárias, onde foi possível ratificar algumas informações preliminares do levantamento anterior, além de ampliar as informações e chegar a novos dados. As plenárias ocorreram em salas de videoconferência, com chamadas públicas, tendo em vista o cenário pandêmico vivido desde março de 2020, período de desenvolvimento da pesquisa. As reuniões que a pesquisadora esteve presente ocorreram entre os meses de junho e outubro de 2020. Após a síntese dos dados, estes foram tratados seguindo referenciais da gestão dos recursos hídricos e justiça ambiental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo a definição de conflitos socioambientais de Acselrad (2004), a sub-bacia do rio Utinga, como parte de uma unidade territorial de gestão de águas e desenvolvimento de atividades econômicas diversas, é um espaço propício ao surgimento de conflitos, sejam eles associados ao uso da água e/ou à terra, tendo em vista a separação tênue entre esses dois elementos.

Diante disso, os conflitos socioambientais registrados nessa região decorrem da expansão de áreas cultivadas cuja demanda hídrica é muito alta. Nas plenárias do comitê foram vários os relatos e as discussões a respeito das plantações de banana e mamão que ocupam essa região, cultivares que exigem disponibilidade hídrica para sua manutenção, elementos que estão contribuindo para acirrar a situação delicada em que a população já vivencia há anos, conforme o relato desse participante,

> [...] no rio Utinga... há uns cinco anos atrás [2015] começou ampliar as irrigações... antes tinha pequena irrigação que era mais para produção de subsistência das famílias, né? [...] mas, de uns cinco anos pra cá,

> começou a ampliar as irrigação aí grandes empresários migraram aqui de Salvador e outras regiões, por que lá tem clima favorável ao plantio de banana, água de qualidade, aí começaram a captar água do rio... como o rio tem uma vazão pequena, não suportou, aí começou o conflito, né? [...] na parte baixa do rio os vários agricultores ficaram sem água... até pro consumo humano, né? (informação verbal, 2020) (E4).

O relato aponta para a existência de um conflito que já se estende há algum tempo na região e que coloca parte da população em situação de risco e vulnerabilidade socioambiental, por se tratar de uma região de clima Semiárido e chuvas irregulares, a retirada excessiva de água do rio para irrigação, deixa a população sem acesso à água, contrariando as diretrizes da Lei das Águas, que prevê, em situação de escassez, o uso prioritário da água para consumo humano e dessedentação animal (BRASIL, 1997).

A sub-bacia do rio Utinga é marcada por um histórico de conflitos de uso da água, agravado nos últimos anos em função dos períodos de estiagem. Com o aumento da demanda de água para irrigação, desde 2015, há trechos do rio que ficam alguns períodos do ano sem qualquer volume de água. Como consequência mais evidente, temos a mudança do regime hídrico do rio, de perene para intermitente, ao menos nos meses que o índice pluviométrico esteja abaixo do esperado. Essa situação foi ratificada a partir do levantamento realizado em sites de notícias, nos quais foram registradas três reportagens que apresentavam os elementos inicialmente descritos e considerados para que os conflitos fossem catalogados e discutidos. Os três artigos[1] indicam a mobilização dos grupos sociais afetados diretamente pela condição de intermitência no acesso a água na sub-bacia do Utinga.

O rio Utinga é responsável pelo abastecimento de grande parte da população dos municípios de Utinga, Wagner, Lajedinho e Andaraí (SANTOS, 2020), além de contribuir com a agricultura familiar e desenvolvimento social da

[1] ARAGÃO, T. Manifestantes fecham BR 242 na Chapada Diamantina em favor do rio Utinga que seca pela 7ª vez em dois anos. **CPT Bahia**. Publicada em: 22 out. 2018. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4520-manifestantes-fecham-br-242-na-chapada-diamantina-em-favor-do-rio-utinga-que-seca-pela-7-vez-em-dois-anos. Acesso em: 12 de jan. 2021.
JOAQUIM, R. Chapada Diamantina: Rio Utinga pede Socorro! **Folha da Chapada.** Publicada em: 22 mar. 2017. Disponível em: https://folhadachapada.com.br/chapada-diamantina-rio-utinga-pede-socorro/. Acesso em: 12 jan. 2021.
MAYNART, G. Disputa por água ameaça empregos e produção de alimentos na Chapada. **Correio**. Publicada em: 02 dez. 2019. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/disputa-por-agua-ameaca-empregos-e-producao-de-alimentos-na-chapada/. Acesso em: 12 jan. 2021.

região, e palco de manifestações e grande mobilização social com repercussão em todo o Estado, tendo em vista a sua atual condição, ainda mais precarizada em função do fenômeno natural representado pela estiagem.

As discussões sobre os conflitos existentes na sub-bacia do Utinga perpassam questões que transcendem o socioambiental, que normalmente aparece em primeiro plano. Neste caso, são elementos sutis, da relação simbólica que os agentes sociais desenvolvem com o rio, uma vez que nas suas margens existem comunidades ribeirinhas, quilombolas, assentados de reforma agrária, e de outros grupos ligados ao MST (Movimento Sem Terra), a CETA (Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia), além dos povos originários que estão no outro extremo da sub-bacia, na parte alta, mais próximos à nascente. São grupos sociais com modos particulares de cuidado e interação com ambiente, expostos às consequências da captação exorbitante de água do rio. E assim, todos vivenciam, seja na parte alta ou baixa do rio Utinga, problemas com a falta de água, seja para consumo ou para agricultura de subsistência. Mais uma vez, esbarramos em questões relacionadas à má gestão dos recursos hídricos refletida na pouca celeridade para resolução completa ou parcial de conflitos, que se arrastam há bastante tempo na bacia hidrográfica do Paraguaçu e a cada ano se agrava e atinge mais pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sub-bacia do rio Utinga representa um cenário de vulnerabilidade e risco ambiental no qual populações em várias regiões para além dos limites da bacia hidrográfica do Paraguaçu, com condições e características similares, podem estar vivenciando. O conflito existente na sub-bacia do Utinga ultrapassa a discussão sobre a falta de água e o consumo excessivo por alguns usuários, questões mais que suficientes para ampla apreciação e deliberações pelo comitê de bacia, pois ameaçam a reprodução cultural de comunidades tradicionais e não tradicionais, a perpetuação de saberes e ameaçam à vida.

Na tentativa de amenizar essa situação, o Estado por meio de suas secretarias, do INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e outras entidades, devem atuar de forma mais incisiva, estreitar o diálogo com todos os representantes de associações e comunidades tradicionais, com os diversos

usuários que vivem e dependem da disponibilidade hídrica dessa sub-bacia, para tentar um caminho equânime, uma vez que a resolução completa está distante da realidade. Todavia, a ação do Estado parece estar na contramão, haja vista os relatos a respeito da atuação punitiva do Estado, que se faz presente apenas quando os conflitos se acirram, especialmente em períodos de estiagem.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal e altera o Art. da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1997.

PEREIRA, M. C. N. **Composição do Comitê da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu:** análise da origem geográfica e do setor econômico representado por seus membros como fatores intervenientes na gestão participativa de recursos hídricos. 2008. 203f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília - UnB, Brasília - Distrito Federal, 2008.

SANTOS, S. S. **O comitê da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu como mediador dos conflitos pelo uso da água no rio Utinga-Ba:** realidade, contradições e possibilidades / Silvio de Souza Santos. – 2020. 142f. il. Dissertação (mestrado profissional) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), 2020.